

Linguística, educação e educação bi-cultural: (know-how nacional): objetivos, apresentação, modelos.

Arnon D. Rodrigues

O. Introdução. O momento em que realizamos este encontro de linguistas, antropólogos e educadores preocupados com os povos indígenas brasileiros se caracteriza, no que respeita à educação dos índios, por uma espécie de contradição: de um lado, uma grande tarefa por realizar para algumas dezenas de tribos e, por outro lado, uma grande obra a ser interrompida para outras tantas dezenas de tribos. Se a FUNAI nos convidou e nós aqui comparecemos é porque tanto a FUNAI quanto cada um de nós acreditamos que urge fazer algo de positivo quanto à educação dos grupos indígenas. Entretanto, para que seja possível partir para um trabalho realmente positivo, é necessário que fiquem claros alguns pontos básicos e que não parem, sobre nossas discussões, pressupostos inexplícitos, que dificultariam ou impediriam o entendimento.

O primeiro ponto que eu gostaria de explicitar é o de que qualquer ação de educação dos povos indígenas constitui interferência - e interferência de grandes consequências - nas sociedades indígenas e em suas culturas. Não fará sentido discutir modelos e programas educacionais se não estivermos convencidos de que é lícita e benéfica aos índios a intervenção em suas sociedades e culturas.

O segundo ponto é o de que qualquer programa de educação elementar que ignore a língua materna das crianças ou adultos acaba resultando numa ação grosseira, desgastante, frustradora, de perniciosas consequências para os indivíduos e para a comunidade. O modelo mais satisfatório que se tem desenvolvido para comunidades linguisticamente minoritárias é o que se tem chamado de educação bilíngüe (e bicultural), segundo o qual o ensino é feito inicialmente só na língua minoritária, incluindo a alfabetização e a criação de habilidades de leitura e escrita; logo em seguida é ensinado a língua majoritária em sua forma oral e, depois, na forma escrita, com a intenção para os alunos de desenvolverem as habilidades de leitura e escrita na língua materna; e, por fim, o ensino é gradualmente introduzido na língua majoritária, já suficientemente adquirida e dominada.

7

O terceiro ponto é o de que o trabalho que já vem sendo realizado pelo Summer Institute of Linguistics de documentação, análise e descrição de línguas indígenas é cientificamente válido e constitui fora de dúvida base idônea e suficiente para o desenvolvimento de programas educacionais bilingües.

O quarto ponto é o de que os únicos programas educacionais bilingües até agora em desenvolvimento sob o patrocínio da FUNAI, construídos segundo um modelo tecnicamente válido, são os que foram organizados em cooperação com o SIL.

O quinto ponto é o de que há quase absoluta carência de lingüistas brasileiros disponíveis para realizar o trabalho básico de documentação, análise e descrição das línguas indígenas ainda não estudadas, nem para assumir o trabalho já iniciado por lingüistas estrangeiros, da mesma forma como há carência quase absoluta de técnicos em educação bilingüe.

O sexto ponto é o de que o trabalho lingüístico básico de documentação, análise, descrição e aprendizagem de uma língua indígena é relativamente longo (2 anos e mais), e se estende mais ainda quando o convívio do lingüista com os índios tem de ser intermitente (que é o que acontece normalmente), não podendo produzir resultados práticos imediatos.

O sétimo ponto é o de que os 96 lingüistas ou técnicos em análise lingüística do SIL que atualmente trabalham com 42 línguas indígenas no Brasil possuem conhecimento e experiência com essas línguas e com os povos que as falam extremamente relevantes para os programas educacionais, e correspondentes a um mínimo de 200 homens/ano de trabalho técnico (o qual, aliás, vem sendo realizado sem ônus financeiro para as entidades brasileiras).

O oitavo ponto é o de que, além das 42 línguas estudadas pelo SIL e das cerca de 10 estudadas por lingüistas brasileiros, existem ainda perto de 50 outras línguas indígenas no Brasil; em consequência, a menos que haja razões extremamente fortes para sustentar o trabalho científico e técnico do SIL, não será razoável recomendar esse trabalho, visto que só para a documentação, análise, descrição e aprendizagem daquelas 50 línguas não estudadas será necessário o investimento de um esforço tão grande quanto o que o SIL já investiu até agora no Brasil.

O nono ponto, por fim, é o de que as razões técnicas, isto é, lingüísticas dadas pela imprensa como justificadoras do afastamento dos lingüistas do SIL, não estão comprovadas

(pelo contrário, forem contraditadas por linguistas brasileiros) e se devem, certamente, a informações distorcidas.

1. Linguística e linguística aplicada. A contribuição do linguista para os programas educacionais das povos indígenas resulta essencialmente da sua competência para apontar, analisar, descrever e compreender idiomas nas escrituras nem descrições brevemente, por como, a sua capacidade de aplicar aquela compreensão na elaboração de procedimentos práticos relevantes para o processo educacional.

Algumas das tarefas mais óbvias do linguista, importantes do ponto de vista educacional, são as seguintes:

a) Documentação, análise e descrição da língua. Níveis de análise linguística: fonologia, gramática, lexicologia, discurso.

b) Documentação da cultura através da língua: registro de narrativas tradicionais e casuais, cantos e orações, provérbios e adivinhas, relatos, biografias, etc.

c) Desenvolvimento de ortografia para a língua. Elaboração de cartilhas e outros materiais para alfabetização e instrução elementar.

d) Desenvolvimento de competência no uso da língua, no próprio linguista e/ou em outro alienígena por ele orientado. Elaboração de gramática pedagógica e outros materiais para aprendizagem da língua por alienígenas.

e) Alfabetização e estímulo à prática da escrita e da leitura. Criação de hábitos de escrita e de produção literária, treinamento de escritores. Produção de textos de outras línguas e culturas.

2. Educação bilíngüe/bicultural. A área de ensino de línguas tornou-se, nos últimos 20 anos, especialidade dos especialistas em linguística aplicada, os quais associam o conhecimento dos princípios pedagógicos com o conhecimento científico das línguas. No caso de línguas de povos indígenas, fundamentalmente bicultural o linguista que qualifica a língua e línguas associa-se com os princípios pedagógicos e desenvolver tarefas bilíngües ao ensino. Há quem se concentre em educação em língua indígena ou mais línguas indígenas. Por isso, a busca de soluções para os problemas em relação a linguistas que aliam os conhecimentos pedagógicos e educacionais para os povos indígenas.

M

Educação bilíngüe é o processo de ensino que se serve de duas línguas como instrumento de aquisição de conhecimentos: a língua materna do aluno, em grande parte dos casos a única que ele conhece e na maioria dos casos a única que ele domina plenamente, a mais identificada com sua vivência cultural e, por conseguinte, o seu meio mais adequado de aquisição de conhecimentos; e uma segunda língua, em geral a língua oficial do país, cuja aprendizagem tem de ser feita inteiramente na escola ou nesta completado ou aperfeiçoado. Vários modelos de educação bilíngüe podem ser concebidos. Pode-se criar um sistema de ensino paralelo ao sistema vigente para os falantes nativos da língua oficial, independente ou semi-independente desse; ou pode-se desenvolver um sistema diferente só em sua parte inicial, mas entroncando-se com o sistema oficial a certa altura, que pode ser mais ou menos antecipada. Neste caso, o uso da língua materna dos alunos pode cessar no momento do entroncamento, ou pode continuar paralelamente à língua oficial, por exemplo no estudo de uma ou outra disciplina. O modelo que vem sendo implantado no Brasil pelo SIL em função do convênio com a FUNAI visa a um entroncamento rápido com o sistema oficial do 1º grau, procurando habilitar o aluno indígena com dois ou três anos de escolaridade no sistema especial a ingressar sem problemas na segunda série do sistema oficial, que é monolíngüe.

Como a cultura de cada povo indígena difere da cultura dos falantes da língua oficial, o ensino desta implica em que se tomem em consideração as duas culturas, o que dá a todo programa de educação bilíngüe um caráter bicultural. Além disso, frequentemente opta-se por utilizar o mesmo sistema de ensino para introduzir de modo explícito os indígenas na cultura da sociedade detentora da língua oficial.

Entre as tarefas necessárias para o desenvolvimento de um programa de educação bilíngüe estão as seguintes:

- a) Treinamento de professores indígenas bilíngües.
 - b) Treinamento de professores não indígenas na língua tribal.
 - c) Ensino de português oral (regional) e preparo de materiais para esse ensino, baseados no estudo contrastivo do português com a língua indígena.
 - d) Preparo de materiais para a transição da escrita da língua indígena à escrita da língua portuguesa.
 - e) Produção de textos em português para leitura dos alunos do querrara.
- 47

f) Produção de materiais didáticos na língua indígena, para ensino de matemática, estudos naturais, estudos sociais, etc., nos níveis iniciais.

g) Determinação, segundo cada situação cultural, do conteúdo das disciplinas e da forma de sua apresentação.

O treinamento de professores indígenas implica na seleção de pessoas da comunidade tribal, que só pode ser feita com conhecimento da organização social da mesma comunidade, a fim de evitar que a posição social do escolhido venha a reduzir ou anular as possibilidades de sua atuação. Isto significa que estudos ou observações de natureza antropológica devem ser realizadas para fundamentar adequadamente decisões relevantes para o programa de educação bilingüe.

3. Situação atual. (1) Quanto aos estudos lingüísticos básicos, das 42 línguas com que vem trabalhando o SIL, em cerca de 15 já foram completados. Nas demais, varia bastante, desde o trabalho incipiente, iniciado há poucos anos, até trabalhos a completar-se dentro de seis meses e um ano. O tempo gasto neste trabalho não depende apenas da natureza técnica das pesquisas lingüísticas, mas também, e muito, das circunstâncias presentes em cada caso. Das línguas com que vêm trabalhando pesquisadores brasileiros, não coincidentes com o trabalho do SIL, nenhuma ainda foi suficientemente investigada para fornecer as bases necessárias a um programa de educação bilingüe. Por falta de informações de nível adequado, deixo de mencionar línguas que têm sido estudadas por duas outras categorias de pessoas: membros de missões religiosas com treinamento lingüístico e lingüistas estrangeiros não comprometidos com trabalho religioso; aparentemente, só no primeiro destes dois casos é que se poderá encontrar trabalho adiantado suficiente para permitir em breve o estabelecimento de programas de educação bilingüe.

Convém lembrar que há alguns poucos casos em que se podem aplicar no Brasil os estudos básicos realizados em país vizinho, como no caso da língua ázua na fronteira Colômbia/Peru, da língua kaxinawé na fronteira Acre/Peru, da língua tukano na fronteira Amazonas/Colômbia.

Há, ainda, algumas das 42 línguas que receberam algum estudo em nenhum nível, nem por brasileiros, nem por estrangeiros, nem por leigos, nem por religiosos.

(2) Quanto à educação bilingüe, há dois programas em implantação - *Waiãng e karajó* -, além de vários em implantação -

AP

xavante e guajajara -, e diversos em preparação..O programa kaingang já se acha num ponto, em que não depende mais diretamente dos lingüistas que fizeram os estudos básicos, os quais poderiam agora certamente passar a ser considerados apenas assessores potenciais, a serem ouvidos quando se apresentar algum problema extraordinário. Sobre o programa karajá, que acaba de formar sua segunda turma de professores indígenas, não tenho condições de pronunciar-me com a mesma precisão neste momento. Os demais dependem ainda, e muito, dos lingüistas que empreenderam os estudos básicos e que ainda estão elaborando e testando os materiais didáticos e o treinamento de escritores indígenas.

4. Possibilidade de transferência dos programas de desenvolvimento a outros lingüistas. Em vista da extrema carência atual de lingüistas brasileiros, qualquer medida de transferência imediata dos programas em andamento, desenvolvidos por lingüistas estrangeiros, a especialistas nacionais, significará necessariamente a solução de continuidade dos mesmos. A única exceção segura a esta previsão é, naturalmente, a do kaingang. Já uma transferência programada ao longo do tempo seria viável só na medida em que pudesse ter sucesso um programa, ainda não existente, de formação de técnicos e lingüistas brasileiros comprometidos com a pesquisa continuada das línguas indígenas e a educação dos índios. Entretanto, dos pontos de vista científico e técnico, lingüístico e educacional, não faz nenhum sentido promover-se qualquer substituição de pessoal competente e eficiente, quando ainda há necessidade de dobrar o número desse pessoal.

Programas de formação de técnicos e lingüistas são necessários antes de tudo, para possibilitar a extensão da pesquisa lingüística básica às dezenas de línguas indígenas ainda não documentadas nem descritas cientificamente; (b) possibilitar a supervisão e melhor avaliação do trabalho que já vem sendo desenvolvido pelo SIL; (c) possibilitar a absorção das atividades de ensino por pessoal brasileiro especificamente qualificados; (d) promover programa de ensino bilíngue para os povos indígenas que ainda não possuem; (e) desenvolver competência nacional nas mesmas línguas em que tem trabalhado o pessoal estrangeiro.

5. Diretrizes para um programa nacional. Proponho que sem prejuízo de outras que possam ser acrescentadas, considerem-se as seguintes diretrizes para o desenvolvimento coordenado de um programa nacional de lingüística indígena.

I - Continuação do trabalho em andamento, com o pessoal do SIL ou de outras entidades, integrado num programa mais amplo, coordenado por pessoal de instituições brasileiras.

II - Criação de cursos intensivos de treinamento de técnicos brasileiros em documentação e descrição lingüísticas e em educação bilíngüe.

III - Estímulo a estudantes de pós-graduação para dedicar-se às línguas indígenas, mediante concessão de bolsas vinculadas ao compromisso de estudar uma língua indígena.

IV - Criação de condições para lingüistas ou técnicos em lingüística brasileiros dedicarem-se a cada uma das línguas indígenas pelo tempo necessário para desenvolver proficiência no uso da mesma e conhecimento amplo da comunidade que a usa.

V - Desenvolvimento do programa permanente de acompanhamento e avaliação crítica do trabalho lingüístico e lingüístico-educativo.

VI - Extensão dos cursos de treinamento de professores indígenas (monitores bilíngües), a serem realizados periodicamente para cada língua.

VII - Continuação dos cursos de treinamento de escritores indígenas, que deverão abranger cada comunidade em que se estabeleça a alfabetização.

VIII - Estabelecimento de um Programa de Lingüística Indígena, como objetivo de coordenar e ativar os estudos básicos das línguas indígenas e sua aplicação em programas educacionais.

4

Luiz Rodrigues

PROGRAMA DE LINGUÍSTICA INDÍGENA

- A. Objetivos:
- a) documentação, análise, descrição e classificação das línguas indígenas;
 - b) desenvolvimento de projetos educacionais bilíngues para as diversas comunidades indígenas;
 - c) avaliação de necessidades e de realizações tanto com referência à documentação e análise, quanto com referência aos projetos lingüístico-educacionais;
 - d) supervisão dos cursos de treinamento de monitores bilíngues, de treinamento de escritores indígenas, de alfabetização em línguas indígenas e ensino bilíngue;
 - e) promoção de cursos intensivos de formação de técnicos em documentação e descrição de línguas indígenas e em educação bilíngue/bi-cultural;
 - f) estímulo a formação, nas universidades, de mestres e doutores especializados no estudo das línguas indígenas;
 - g) estímulo a publicação de estudos e materias lingüísticos referentes aos idiomas indígenas;
 - h) estímulo a publicação de literatura nas línguas indígenas e em língua portuguesa para o uso dos povos indígenas;
 - i) coordenação do trabalho de lingüistas e técnicos lingüísticos estrangeiros entre os índios brasileiros.

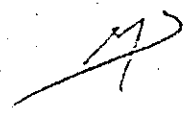
B. Formas de Atuação:

- a) assessoramento, patrocínio e acompanhamento de projetos da Divisão de Educação da FUNAI e de outras agências federais, estaduais, municipais ou para estatais;
- b) assessoramento, patrocínio e acompanhamento de projetos executados por universidades e outras instituições de ensino;
- c) assessoramento e supervisão de projetos executados por instituições estrangeiras ou internacionais;

d) apoio a projetos individuais de pesquisa lingüística, mediante um programa de bolsas vinculadas ao estudo de línguas indígenas.

C. Direção:

- a) diretor - um lingüista brasileiro com doutorado em lingüística e experiência em lingüística indígena;
- b) comissão coordenadora: um representante da FUNAI, um representante do MEC; um representante do CNPq; um representante da Associação Brasileira de Lingüística; um representante da Associação Brasileira de Antropologia; dois representantes lingüistas de cada universidade efetivamente envolvida no programa;
- c) coordenadores de projetos.



DADOS COMPLEMENTARES: MAPA Nº 1 - COBERTURA EXISTENTE

Pesquisas em Etnologia Indígena atualmente em curso na USP:

Norte

Oiampy

Wayana

Assurini

Gaviões

Apaniekra

Ramkokamekra

Parakanã

Xikrin

Savá

Centro

Kaiowá - Guarani

Mbya - Guarani

Xavante

Bororo

Krahó

Caduveo

Karajá

Maxacali